



Declaração XXVIII Cúpula de Mercociudades

“diverCIDADES: Inclusão para a Agenda 2030”

Os governos locais das Mercociudades, reunidos em São Paulo, no dia 23 de novembro de 2023, por ocasião da XXVIII Cúpula de Mercociudades, emitimos essa declaração conjunta, como afirmação da nossa compreensão de que o desenvolvimento de nossas cidades só pode ocorrer de forma sustentável se este for pautado pela diversidade e inclusão de todas as pessoas e comunidades, com maior ênfase para aquelas que estão em situação de exclusão e de vulnerabilidade.

Diversidade e inovação não são apenas valores da mais alta importância, mas também mecanismos através dos quais podemos efetivar transformações em nossas sociedades, no sentido de avançarmos em direção a um futuro mais harmônico, onde todas as pessoas tenham seus direitos fundamentais efetivados, suas diferenças respeitadas, suas necessidades atendidas, condições de florescimento pessoal e comunitário garantidos, e em consonância com a preservação do nosso planeta, que é a condição de possibilidade de qualquer um desses objetivos.

Alcançar esse futuro que almejamos é um desafio que se prova cada vez mais complexo, dada a intersecção de múltiplas crises: a pandemia de COVID-19 e o processo de recuperação do desenvolvimento, a emergência climática, e os efeitos mortais e deletérios dos conflitos armados que vitimam principalmente civis, em um mundo marcado por desigualdades.

Os efeitos dessas crises se sobrepõem e não ficam restritos a um ou outro nível apenas, mas perpassam as escalas local, regional e global, e manifestam-se com especificidades em cada uma delas, afetando distintamente pessoas e comunidades que são marcadas socialmente por diferenças de classe, raça, gênero, país de origem e outras características que determinam maior ou menor acesso a recursos para enfrentamento dos desdobramentos dessas crises.

A Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é a mais ambiciosa solução que elaboramos até o momento para fazer frente a esses desafios que nos afetam a todos. No entanto, já estamos na metade do caminho deste marco e o mundo ainda se encontra distante de atingir as metas que foram estabelecidas em 2015.

Diante da realidade de que os problemas dizem respeito a todos e que ainda há muito a ser feito, não existe outro caminho possível para a elaboração e implementação de soluções que não seja o multilateralismo e a integração.

Nesse contexto, os governos locais são fundamentais para a execução das ações que podem fazer avançar a implementação da Agenda 2030, que traz em seu âmago o entendimento de que os problemas não podem ser tratados isoladamente e que as respostas devem considerar, necessariamente, as particularidades de cada território.

Esses processos, porém, não devem ser restritos às esferas governamentais dos entes nacionais e subnacionais, antes, devem contar com a ampla participação dos diversos grupos sociais que compõem nossas comunidades, assegurando a eles espaço e voz nas discussões e decisões acerca das políticas públicas a serem adotadas.

Temos como pressuposto para esse tipo de construção abrangente e coletiva, portanto, a defesa inegociável do Estado Democrático de Direito, sem o qual diversidade e inclusão não passam de palavras vazias e ilusórias.

Os governos locais, eleitos pela vontade popular, reafirmamos nosso compromisso na promoção de uma ativa e pacífica participação política que enriquece a convivência cidadã.

Ante tal compreensão do contexto em que nos situamos, sob o lema **“diverCIDADES: Inclusão para a Agenda 2030”**, a XXVIII Cúpula de Mercocidades **declara que:**

Reafirmamos nosso compromisso com a implementação da Agenda 2030 em nossas cidades, entendendo como pré-requisitos para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável o empoderamento de populações vulneráveis e o enfrentamento das desigualdades, para que ninguém fique para trás.

Defendemos a necessidade de fortalecer as capacidades locais para o enfrentamento de desafios globais, sendo fundamental a ampliação do fluxo financeiro internacional para o investimento em desenvolvimento sustentável com foco na redução de desigualdades locais, nacionais, regionais ou globais. Assim, salientamos a importância da participação das cidades nos processos de governança internacional.

Afirmamos que para o aprofundamento da integração regional, fundamental para a construção coletiva de soluções para problemas comuns, é necessário garantir e ampliar a voz dos atores locais no Mercosul, de modo que o bloco possa refletir, também, as perspectivas das cidades e suas populações.

Comprometemo-nos a buscar soluções conjuntas para o enfrentamento das causas sistêmicas que resultam nas diversas formas de discriminação e violência, incluindo em nossas iniciativas as perspectivas de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual, faixa etária, habilidades, território e outros marcadores sociais da diferença.

Nesse sentido, a fim de possibilitar e manter um desenvolvimento igualitário e sustentável na região, assumimos o compromisso de:

- **Construir cidades plurais e inclusivas:** com foco na redução da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais, garantindo a proteção integral dos indivíduos e a inclusão de grupos historicamente marginalizados, considerando o retrocesso social e econômico intensificado pela pandemia de Covid-19. Por isso, é necessária a construção de cidades solidárias, como forma de promover a igualdade de oportunidades;
- **Construir cidades globais e sustentáveis:** buscando dar respostas imediatas, zelando pelas gerações futuras, e posicionando a América do Sul junto a outras cidades globais no alinhamento a diretrizes internacionais de sustentabilidade e promoção da qualidade ambiental, comprometer-se com a construção de cidades mais resilientes e sustentavelmente desenvolvidas;
- **Construir cidades inovadoras e eficientes:** estimulando e fomentando a economia criativa e a cultura como indutores econômicos, em especial para as juventudes, trazendo compromissos fundamentais para o reforço da transparência e governança, com foco na garantia da participação cidadã, e instituição de mecanismos para implementação da Agenda 2030. Promover uma educação inclusiva e de qualidade, com especial atenção à população mais vulnerável.

Neste sentido, fazemos um chamado a comunidade internacional para que tomem todas as medidas para garantir uma cessão de fogo na Faixa de Gaza, priorizando a proteção de civis, fundamentalmente crianças e adolescentes que estão sendo as principais vítimas de um conflito sem precedentes. Instamos as partes a respeitar o Direito Internacional Humanitário, procurando reduzir significativamente todas as formas de violência e promovendo sociedades mais pacíficas e democráticas, em linha com o ODS 16.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso em fortalecer a integração regional com o intuito de assegurar o desenvolvimento de nossas cidades e o bem-estar do povo sul-americano.